



GT 39. Estudos etnográficos sobre cidadania

Coordenador(es):

Marcus André de Souza Cardoso da Silva (UNIFAP - Universidade Federal do Amapá)

Luís Roberto Cardoso de Oliveira (UNB - Universidade de Brasília)

A terceira onda democratizante na América Latina não se mostrou capaz de suprimir desigualdades estruturais nem garantiu a efetivação dos direitos civis e sociais dos cidadãos. Isto representou um desafio às abordagens formalistas da teoria política, incapazes de explicar satisfatoriamente as especificidades que caracterizaram este processo. Nesse cenário, a antropologia, com seu foco etnográfico, tem muito a contribuir para o debate sobre “direitos”, “cidadania”, “igualdade” e “justiça”. Ao deslocar a análise da dimensão formal da cidadania para como os direitos são vividos, concebidos e problematizados cotidianamente pelos atores sociais, abre-se espaço para perceber rearranjos e concepções distintas da formulação eurocêntrica. Ao fazer isso, os antropólogos têm desestabilizado abordagens que naturalizam o modelo liberal, demonstrando que não é possível compreender a “cidadania” como um status puramente legal que garante ao indivíduo um conjunto de direitos e deveres em sua relação com o Estado. Tendo isto em mente, o GT busca comparar e debater trabalhos etnográficos que abordem: como a “cidadania” é significada por diferentes atores associados às agências do Estado, ONGs, movimentos sociais e outros coletivos; como se dão as relações que estes diferentes atores estabelecem entre si; quais são os desafios metodológicos dos estudos etnográficos sobre “cidadania”.

Autodeterminació per ciutadanes espa(ñ)yols: o Procés como construção de competências e poderes na comunidade autônoma de Catalunha, Espanha.

Autoria: Pedro Bezerra Ribas (UNB - Universidade de Brasília)

O Procés Constituent a Catalunya ? coloquialmente conhecido como ?Procés? ? é um movimento social concebido na comunidade autônoma da Catalunha desde meados de 2012 que demanda e manifesta pela independência da região do Estado espanhol, Espanha. Este movimento se caracteriza por protestos e mobilizações regionais multitudinárias ao que é percebido como um Estado centralizador, tendo como objetivo construir uma formação sociopolítica regional com pleno poder de se ?autodeterminar?. Através do Procés somos apresentados a uma dialética interna dominada pela competição e pelo conflito entre dois grupos distinguidos etnicamente, Catalunha e Espanha ? de cultura castelhana ?, no qual é colocado em questão dogmas da relação entre as partes: o Estado-nação, autonomia política e identidade cultural. Essa problemática trazida pela singularidade étnico-cultural das partes não é apresentada como novidade em Espanha dado a ambivalência de identidade culturais que reúnem os cidadãos do país, composta entre andaluzes, bascos, castelhanos, catalães e galegos. O caráter plural e multicultural da sociedade espanhola é trabalhado por diversos projetos e narrativas que almejam garantir direitos e a constituição do Estado. De todo modo, tradicionalmente no país aquilo que se observa é um cenário marcado pelo conflito entre as identidades culturais, dinâmica essa que não consegue ser respondida pelo Estado que por vezes os acentua. A presente pesquisa toma foco etnográfico do Procés. Busca-se fazer uma análise da dimensão em que as identidades étnico-culturais são significadas à cultura estatal e o modo como tal questão é concebida e problematizada pelos atores sociais do Procés. Deste modo, o seguinte work tratou de estudar a relação que guarda o conjunto de direitos e deveres a serem garantidos pelo Estado aos problemas decorrentes da singularidade étnico-cultural de grupos concorrentes da Espanha. A pesquisa reúne um acompanhamento etnográfico de 4 meses conduzidos de setembro a dezembro de 2019 na cidade capital da região, Barcelona. Foram feitas entrevistas, levantamento documental, participação de manifestações e acompanhamento de



grupos. A pesquisa mostra como a incapacidade de conjugação de direitos e deveres do Estado à singularidade de seus grupos étnico-culturais faz com que cidadãos percebam a falta de efetivação dos direitos civis e sociais. Além disso, através do Procés, ao conjugarem o conflito étnico-cultural junto a demandas de renovação política os cidadãos agregam novas concepções de participação e relação cidadã, distintas das formulações centradas na unidade clássica do Estado-Nação/ Espanha. Ao manifestarem por ?autodeterminação? procura-se constituir uma relação onde consiga conjugar competências, poderes e identidade cultural.



Sobre a 32 RBA

Em 2020, a Reunião Brasileira de Antropologia vai ocorrer de modo remoto entre os dias 30 de outubro e 06 de novembro. O evento é realização da Associação Brasileira de Antropologia e da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), palco de muitas histórias de luta pela afirmação do caráter público e socialmente comprometido do conhecimento que produzimos. Estarão em discussão, na 32ª RBA, não apenas os diversos temas que constituem o verdadeiro tesouro investigativo que a antropologia brasileira forjou ao longo de várias décadas, mas também as graves questões colocadas pelo inquietante contexto social e político atual. Nele, vislumbram-se inúmeros desafios a direitos consagrados pela Constituição Brasileira e a valores éticos centrais à atuação das e dos antropólogos, especialmente o respeito às diferenças sociais, culturais e políticas, baseadas em etnia, raça, religião, classe, gênero, sexualidade, origem regional, nacionalidade, capacidades corporais etc. Hoje, mais que em qualquer outro momento histórico, os saberes antropológicos são veementemente instados a aprofundar a análise dos muitos problemas nacionais, entre os quais, a crescente desigualdade social, a real vulnerabilidade de grupos e populações e os elevados índices de violência no campo e nas cidades. Que a 32ª RBA possa trazer contribuição relevante ao país e à comunidade antropológica brasileira, em seu contínuo e árduo trabalho de refinar saberes insubmissos a todas as forças e poderes que ameacem a diversidade humana e naturalizem as desigualdades sociais.

Realização:



Apoio:



Organização: